

MUNDO

Jornal Giramundo . nº 25 . Ano 09 . Dezembro de 2009

REVISTA

Fortalecendo as Redes Sociais na Região Sisaleira

Mais de 1.900 conselheiros
capacitados na Bahia. pg 2

Comunicação pelos direitos: Comunidades Rurais
recebem rádios postes na busca do fortalecimento
de direitos das crianças e adolescentes. pg 8



EDITORIAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo 4º assegura: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Através da execução do projeto Fortalecendo Direitos e Construindo Redes, que atuou diretamente nos Territórios Rurais do Sisal e Bacia do Jacuípe, buscou-se executar ações e propostas para conscientizar os atores sociais em relação aos problemas existentes nos municípios na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, além de destacar a importância da educação para todo cidadão, bem como, fortalecer instituições da sociedade civil e órgãos públicos sobre as políticas nacionais vigentes de assistência social e da criança e do adolescente, para que os mesmos possam criar e/ou fortalecer redes de atendimento e proteção integral à população infanto-juvenil, conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesta edição, o Giramundo traz os alguns resultados desse processo de articulação na região, construído sobre o entendimento de que criança e o adolescente são sujeitos de direitos, pessoas em situação peculiar de desenvolvimento que precisam ter seus direitos garantidos e efetivados através de ações articuladas pelo sistema de garantia de direitos (SGD) perpassando necessariamente pelo princípio da co-responsabilidade entre estado, família e sociedade.

Tendo esta, como pauta principal, o Gira também traz informações a respeito da comunicação, com destaque para a Conferência Nacional e o projeto Comunicação pelos Direitos, desenvolvido em dez municípios do Sisal.

Convidamos você leitor (a), a viajar no mundo das informações e ficar sabendo as principais ações e mobilizações que acontecem neste lugar chamado Semiárido Baiano.

Boa leitura a todos (as)!

Ana Carla - Técnica do Programa de Criança e Adolescente do MOC

Coluna do Bodin



Talentos infantis e diversidade cultural do semiárido são revelados durante Mostra de Arte e Cultura

Incentivar a cultura e divulgar as diversidades do semiárido, estes foram os principais objetivos da IV Mostra de Arte e Cultura, que aconteceu no mês de outubro em Feira de Santana. Promovida pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) a IV Mostra Interterritorial de Arte, Cultura e Educação: Contribuindo para o desenvolvimento do semiárido, reuniu gestores de educação, educadores e sociedade civil para debater e refletir sobre a arte e a cultura como instrumentos de desenvolvimento humano e social nos municípios e territórios. Durante o evento houve apresentação de diversos grupos culturais, inclusive apresentações teatrais encenadas por alunos da Escola Municipal Fazenda Tatu, município de Quijingue. Com pouco mais de 27 mil habitantes, de acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE 2007), o município de Quijingue atualmente está entre os mais pobres da Bahia. No entanto, durante abertura da Mostra de Arte, os alunos reforçaram que o futuro do país está na educação, sobretudo, na educação contextualizada, que valoriza e fortalece a identidade do homem e da mulher do campo.

MOC faz avaliação das ações de educação do campo

O Programa de Educação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) realizou entre os dias 09 e 11 de dezembro em Feira de Santana o Encontro de Avaliação Anual das Ações de Educação do Campo. O evento reuniu secretários de educação, educadores e gestores escolares dos municípios onde a instituição atua, para debater e identificar os avanços e os impactos nas atividades de educação do campo ao longo do ano de 2009 e traçar metas a serem trabalhadas e alcançadas pela entidade no ano de 2010.

O MOC é referência neste contexto, através das ações dos Projetos CAT e Baú de Leitura. Uma prova da importância das ações de educação do campo, no desenvolvimento de alunos e das comunidades rurais, é a respeito das propostas que foram aprovadas durante a Conferência Estadual de Educação que aconteceu de 15 a 18 de novembro na Escola Parque em Salvador. Participaram desta conferência representantes de diversas organizações sociais do estado e todas as propostas de educação do campo sugeridas foram aprovadas referentes ao financiamento diferenciado e melhorias da infraestrutura das escolas, salários e currículo escolar de ensino superior no e do campo e melhorias da qualidade, qualificação continuada de educandos e educadores. Outra vitória importante conquistada foi a quantidade de delegados baianos eleitos para participar da Conferência Nacional, que acontecerá em abril de 2010. Um número expressivo de delegados eleitos em todos os seguimentos: professores da educação básica, ensino superior, secretários, e representantes de movimentos sociais.

Crianças do Semiárido trocam conhecimentos com alunos da Capital

Meninos e meninas da Região Sisaleira da Bahia tiveram a oportunidade de visitar a capital, para trocar conhecimentos sobre o tema "Água". Durante o Intercâmbio das Águas que aconteceu nos dias 18 e 19 de setembro, cerca de 30 estudantes de escolas públicas rurais do município de Valente, estiveram em contato com outros 30 alunos de escolas particulares de Salvador para trocarem experiências e chamar a atenção sobre a importância da preservação das águas. As crianças do Sisal puderam conhecer e entender de perto como funcionam as formas de utilização da água em grande áreas urbanas como Salvador e outras metrópoles. Entre as atividades desenvolvidas durante o encontro, foram realizadas oficinas sobre destinação de resíduos sólidos e produção de peças de comunicação que abordaram temas como preservação dos oceanos e reciclagem de lixo. Os resultados foram produtos audiovisuais e fotográficos, além de jornais e spots para rádio, elaborados com o apoio das agências Mandacaru de Comunicação e Cultura, do município de Retiroândia e a Kabum, de Salvador.



GIRAMUNDO

Realização: Movimento de Organização Comunitária Coordenação, edição e revisão: Programa de Comunicação do MOC Reportagens e Fotos: Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e Programa de Comunicação do MOC Diagramação e Design: Karime Salomão Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura: Camilia, Tamires, Raquel, Robério, Luana, Marenilda, Gilcimar, Laudécio e Gilda Programa de Comunicação do MOC: Daiane Almeida, Klaus Minihuber, Lorena Amorim, Nayara Silva e Rachel Pinto. Fale Conosco: MOC - Movimento de Organização Comunitária: Rua Pontal 61, Cruzeiro CEP: 44.022-052 Feira de Santana/Ba, tel: (75) 3322.4444 e-mail: giramundo@moc.org.br site: www.moc.org.br

Projeto capacita Conselheiros de 229 municípios baianos

No total foram capacitados 1.952 Conselheiros

Após percorrer metade do Estado da Bahia para diagnosticar a situação da infância e adolescência nos municípios, teve início em abril a segunda etapa de atividades do Projeto Formação para a Criação e Gestão Qualificada de Conselheiros de Direitos e Tutelares no Estado da Bahia.

Financiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e com o apoio do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CECA), o projeto teve como objetivo contribuir para a melhoria da execução da política de atendimento à criança e ao adolescente, além de subsidiar os Conselheiros para uma atuação mais qualificada.

Reafirmando a importância dos Conselhos - Após a devolução do diagnóstico, elaborado a partir das visitas realizadas no ano de 2007, os participantes foram convidados a refletir sobre a situação atual da infância e adolescência nos municípios onde atuam. De modo geral, desde a primeira visita realizada, houve muitos

avanços, mas, muito ainda precisa ser feito, como por exemplo, oferecer infra-estrutura necessária para que os conselheiros desempenhem sua função.

Conselheira Tutelar no município de Santanópolis, Alcilene Sampaio afirma que vai colocar em prática tudo o que aprendeu: “Já participei de alguns seminários sobre Conselho Tutelar, mas, nenhum tão esclarecedor como esta capacitação. Nós temos um compromisso com a criança e o adolescente, não posso chegar no meu município e agir como antes.”, desabafa a Conselheira.

Representante do CMDCA de Tanquinho, Roseval Santos fala da importância das capacitações para os conselheiros. “Isto que o MOC fez é fundamental para o nosso trabalho. Sabemos que existem muitos culpados nesta história, mas a culpa é também dos conselheiros que não têm conhecimento do seu papel e não procuram se informar. As capacitações mostraram a importância do nosso papel em representar e lutar pelos direitos das crianças e adolescentes”, conta.



“Nós temos um compromisso com a criança e o adolescente, não posso chegar no meu município e agir como antes” afirma conselheira Alcilene Carvalho

Os Conselheiros afirmaram que outro grande aprendizado foi sobre o Fundo da Infância e Adolescência (FIA). “Sou do CMDCA e para mim o FIA foi uma grande surpresa. Assim que voltar para Tanquinho vamos nos reunir e procurar saber se o FIA existe ou não”, disse Roseval.

Resultados - O projeto teve uma atuação muito decisiva nos municípios acompanhados, prova disso está nos resultados finais, a exemplo das capacitações com 1.952 integrantes de conselhos municipal de direitos da criança e do adolescente (CMDCA) e Conselho Tutelar. Pensando também numa metodologia de conscientização e politização dos conselheiros tutelares, o projeto contribuiu bastante com esse avanço, como afirma Raimundo

Santiago, ex-Conselheiro Tutelar do município de Conceição do Coité e atual vice-presidente da Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado da Bahia (ACTEBA).

“O projeto foi fundamental para o enriquecimento de conhecimentos dos Conselheiros Tutelares do Território do Sisal, e com isto eles puderam trabalhar com mais entusiasmo e conhecimento técnico. Sempre contando com o apoio do MOC, e lembrando das dificuldades enfrentadas por falta de condições estruturais para o bom funcionamento dos Conselhos Tutelares, e a carência de políticas públicas para fortalecer o Sistema de Garantia de Direito das Crianças e Adolescentes.”, afirma Raimundo.

205 municípios baianos aderiram ao Selo UNICEF Município Aprovado

Baseada numa metodologia de mobilização social na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, o Selo UNICEF Município Aprovado é uma estratégia utilizada em prol da garantia dos direitos de crianças e adolescentes com reconhecimento e certificação internacional concedidos aos municípios que alcançam melhorias significativas na qualidade de vida deste público, além trabalhar com os objetivos do Pacto Nacional “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido” que dentre outras ações, buscam melhoria na qualidade de vida, através da construção de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em onze estados brasileiros.

Na Bahia, 205 municípios aderiram à edição de 2009 a 2012 com duração total de 36 meses. No município de Valente, vencedor da edição passada, a coordenadora de Educação do Campo, Joelma

Santos, afirma que esse é um momento ímpar para os municípios apresentarem o que tem de melhor no campo do fortalecimento das políticas. “O Selo é uma oportunidade de cada município apresentar e propor políticas que fortalecem os direitos das crianças e adolescentes e de todo cidadão, pois, ele atinge áreas estratégicas como educação, saúde, lazer, cultura, esporte e comunicação”, afirma.

Avaliação do Selo - Nesta edição, os municípios inscritos serão avaliados levando observando os indicadores sociais que estão presentes nos três eixos do programa: Impacto Social, Gestão de Políticas Públicas e Participação Social. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) analisará os resultados da mobilização e os produtos elaborados pelos municípios relativos aos temas educação para a convivência com o semiárido, arte, cultura e comunicação para a diversidade étnico-

racial, esporte e cidadania, incluindo os fóruns comunitários e atividades temáticas.

De acordo com a metodologia desta edição, é recomendado aos municípios a criação de uma comissão pró-selo, a fim de promover e executar políticas de atenção à infância requerendo a participação e a cooperação de diversos setores e segmentos do município. A comissão deverá ser formada por um (a) articulador (a) e outras representações de órgãos estratégicos da prefeitura, como as secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, além de organizações da sociedade civil com experiência na área de promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, além de membros do conselho municipal de direitos da criança e adolescente (CMDCA), conselho tutelar (CT) e lideranças adolescentes e comunicadores.



Fortalecendo Redes na Região Sisaleira

Projeto desenvolvido na região, contribui no fortalecimento de redes de proteção à criança e ao adolescente e dissemina as temáticas pelos municípios atendidos

Desenvolvido desde 2008, o Projeto “Fortalecendo Direitos e Construindo Redes na Região Sisaleira da Bahia” é uma iniciativa do Movimento de Organização Comunitária (MOC) em parceria com a Petrobras e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA) através do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O projeto buscou através das suas ações, contribuir para a sensibilização e conscientização dos atores sociais, além do fortalecimento das redes de proteção à criança e ao adolescente e ações existentes na linha de erradicação do trabalho infantil, especialmente por ser estado da Bahia o quarto maior

estado do país em número de crianças e adolescentes trabalhando.

O projeto desenvolveu ações em 14 municípios dos territórios de identidade do Sisal e Bacia do Jacuípe. Sendo eles: Capela do Alto Alegre, Gavião, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Ichu, Candeal, Retirolândia, Itiúba, Cansação, Santa. Luz, Nordestina, Valente e Conceição do Coité. Todos os municípios atendidos pelo projeto já possuem experiências e comungam com ações e propostas do projeto, além de serem contemplados com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

As ações do projeto tiveram como público prioritário os educadores, conselheiros de direitos, conselhos tutelares, assistência social e atores sociais envolvidos nos debates de proposição e execução de políticas públicas municipais voltadas para o fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes dos municípios.

Segundo Ana Carla, técnica do Programa de Criança e Adolescente do MOC, o projeto permitiu



aos municípios, a construção de planos de ações que fortalecem e monitoram as políticas existentes. “Mesmo com algumas dificuldades encontradas nos municípios, as ações do projeto contribuíram no desenvolvimento e proposição de políticas públicas. Encontramos municípios, onde as redes não funcionam enquanto tal, e a ação do projeto permitiu a aproximação e o diálogo entre os diversos atores sociais e poderes públicos locais, que juntos construíram seus planos de ação de acordo com a realidade de cada local e suas especificidades”, relato Carla. Segundo a técnica, um caminho a ser percorrido, no futuro é o monitoramento das ações contidas no plano e, para isto, as entidades envolvidas nas redes de proteção precisam estar atentas a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Participação do Poder Público: Em cada município atendido pelo projeto, foram realizadas dez atividades de formação, dentre elas, capacitação

para conselheiros, encontros com famílias, oficinas com adolescentes, encontros para elaboração do plano de ação, oficina sobre orçamento e fundo da infância e adolescência, além de encontros para monitoramento dos planos de ação municipais. O projeto permitiu também a realização de seminários territoriais, que consistiram na sensibilização e capacitação dos atores sociais sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em alguns municípios, representantes dos poderes legislativo e executivo participaram destes espaços. No município de Capela do Alto Alegre, o prefeito Claudinei Novato, buscou valorizar todas as ações desenvolvidas. “Avalio este projeto como estratégico no fortalecimento da rede de proteção, pois, além de contribuir na construção efetiva de ações que assegurem os direitos, ela permite à comunidade maior conhecimento sobre a temática. Para mim, é uma satisfação participar deste espaço e ter a maioria das secretarias do município envolvida no debate” afirma o gestor. Ainda em Capela do Alto Alegre, a rede de proteção participou da construção do Plano Plurianual (PPA) assegurando recursos para execução de ações e construção de públicas voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

O município conseguiu elaborar o plano de ação municipal, a criação do fundo da infância e adolescência (FIA), e o fortalecimento das entidades governamentais e não governamentais a fim de se integrarem na busca da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, inclusive a realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sociedade Civil garante presença: Além do envolvimento do poder público local em alguns municípios, representantes da sociedade civil também puderam contribuir na construção das políticas. Para Erivan Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela do Alto Alegre, o projeto mudou a cara do município. “Avaliamos que houve melhor desempenho do CMDCA, no auxílio ao conselho tutelar como também na elaboração de projetos, criando o fundo da infância e adolescência e o fortalecimento dos programas e projetos já existentes, além da inserção de um maior número de pessoas na política de garantia de direitos da criança e do adolescente”, afirma o presidente.

O resultado do trabalho não foi diferente no município de Candeal, onde os representantes tiveram o importante papel de avaliar e levar propostas para o orçamento participativo como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Com isso, pode-se destacar a mobilização para o resgate de valores éticos nas escolas e na família, o interesse por parte dos educadores e gestores municipais, afim de que os mesmos

se sensibilizem na tentativa de mudanças de atitudes que geram violência e abuso às crianças e adolescentes. Edevaldo Mota Cordeiro, presidente do CMDCA do município, destaca alguns resultados positivos do projeto. “As ações desenvolvidas foram e estão sendo disseminadas por pessoas comprometidas com o papel da rede, é importante visualizá-lo como instrumento fundamental para a garantia do atendimento das necessidades humanas, permitindo assim que todas as crianças e adolescentes beneficiadas venham usufruir daquilo que é garantido em Lei”, afirma o conselheiro.

No município de Retirolândia, a conselheira Terezinha Silva, destaca que um passo importante no projeto foi garantir a participação das crianças e adolescentes na construção do plano. “Avalio como primordial a escuta feita junto ao público atendido diretamente pelas redes que são as crianças e adolescentes. O projeto permitiu que eles colocassem aquilo que sentem e pensam de acordo com a realidade de cada município e este é um passo sério na construção de políticas públicas. Cabe a nós, sociedade civil organizada, monitorar a execução desta ações, ainda assegurando a participação qualificada dos adolescentes”, finaliza.

Mário César, técnico do Programa Criança e Adolescente, afirma que o fortalecimento das Redes têm sido algo relativo neste projeto, no que diz respeito ao envolvimento dos municípios. “Alguns têm o compromisso maior e as ações são mais concretas e articuladas, já outros têm uma baixa participação do poder público nas atividades, falta mais intervenção dos CMDCA e articulação da sociedade civil no sentido de pressionar os gestores na busca pelos direitos infanto-juvenis. Podemos ainda apontar a elaboração do plano de ação municipal, o qual tem o relevante papel de orientar a política de atendimento a nível local”, completa Mário.

Alguns resultados do projeto:

- 10 Planos de Ação Municipal construídos;
 - 04 municípios com Plano de Ação Municipal em construção;
- 14 municípios com Fundos da DCA criados;
- 08 municípios com Fundos regulamentados;
- 792 crianças e adolescentes participaram das oficinas;
 - 70 Conselheiros Tutelares envolvidos no projeto;
- 1.129 pessoas envolvidas nas atividades com famílias sobre os malefícios causados pelo trabalho infantil;
- Realização de Seminários Territoriais sobre o PETI – PNAS - SUAS.

Experiência do Território do Sisal será apresentada em Dubai

CODES Sisal foi considerado uma das 20 experiências brasileiras mais bem-sucedidas em gestão local

Uma das experiências desenvolvidas no Território da Cidadania do Sisal, na Bahia, vai ganhar visibilidade internacional em 2010. A presidente do Colegiado Territorial, Gilca Moraes, vai a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, apresentar as ações do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (Codes Sisal) no Território. Eleito pelo Prêmio Caixa Melhores Práticas, da Caixa Econômica Federal, como uma das 20 experiências brasileiras mais bem-sucedidas em gestão local, o Codes Sisal vai receber o prêmio de R\$ 25 mil. O dinheiro será aplicado em melhorias na gestão do território e na infraestrutura do Colegiado, como afirma Gilca Moraes. “Pretendemos investir na formação político-social dos atores sociais e na compra de equipamentos para nossa sede”.

O Codes Sisal ganhou destaque por causa das deliberações em favor do fortalecimento da agricultura familiar, da educação no campo, da preservação do meio ambiente, da promoção da saúde, de obras de infraestrutura, de incentivo à comunicação, além da articulação das mulheres trabalhadoras rurais.

Hoje, 20 prefeituras e 20 entidades da sociedade civil compõem o Conselho e organizam projetos que podem ser aplicados em outros Territórios Rurais, como, por exemplo, a constituição de Rede Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural e formação das cadeias produtivas de ovinocaprinocultura, apicultura e sisal para dinamização da economia.

O Codes Sisal nasceu a partir da necessidade de os movimentos

sindicais de trabalhadores rurais discutirem políticas públicas com os gestores locais. Em quase oito anos de existência grupos sociais, cooperativas e prefeituras foram beneficiados diretamente pelas ações, projetos e programas desenvolvidos pelo Codes Sisal.

O Território da Cidadania do Sisal abrange área de 21.256 quilômetros quadrados e é composto por 20 municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. A população total do território é de 568,6 mil habitantes, dos quais mais de 337 vivem na área rural. Possui 64.350 agricultores familiares, 2.344 famílias assentadas, uma comunidade quilombola e uma terra indígena.

Sobre o prêmio - O Prêmio Caixa Melhores Práticas, que nesta 6ª edição comemora 10 anos de existência, é inspirado no Programa Melhores Práticas e Lideranças Locais, da ONU/Habitat. O objetivo é identificar, documentar, premiar e disseminar melhores práticas de gestão local.

As melhores práticas receberam troféu, certificado e apoio para o desenvolvimento de ações voltadas para o aprimoramento do projeto. Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe foram os estados que receberam o prêmio e o Codes Sisal foi um dos quatro projetos baianos contemplados pelo Prêmio Caixa Melhores Práticas.



Mulheres da Região Sisaleira realizam Campanha pelos 16 dias de ativismo

Desde 1991, milhares de ativistas de todas as regiões do mundo participam da campanha mundial 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. As principais mensagens da campanha são chamadas de unificação para os movimentos de mulheres de todo o mundo. Atualmente a campanha é desenvolvida em 159 países e atinge povos de cada país, raça, classe, cultura e religião, dando oportunidades aos ativistas trabalharem juntos em solidariedade. Neste sentido, os 16 dias de ativismo utilizam a perspectiva dos direitos humanos na busca da eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres.

A campanha neste ano, destacou datas significativas no período de 25 de novembro a 10 de dezembro para unir simbolicamente a luta contra a violência nas mulheres à defesa de direitos humanos. Uma data marco incorporada foi 20 de novembro, onde se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, que chama a atenção para a situação das mulheres negras que sofrem dentre outras discriminações, a violência racial. No Brasil, a campanha vem se desenvolvendo desde 2003.

A campanha na região sisaleira- Em sintonia com diversos estados e regiões, a campanha teve início no Sisal no mês de novembro, uma ação desenvolvida pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) em parceria com

os grupos de mulheres organizados na região, contando com o apoio da Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, através do projeto Mulheres Sertanejas na luta pelo enfrentamento da violência contra as mulheres.

Durante 16 dias, a campanha foi desenvolvida junto aos meios de comunicação da região, com destaque para as rádios comunitárias presentes em 19 municípios da região. Apostando em materiais radiofônicos e na divulgação dos mecanismos de enfrentamento da violência contra as mulheres, as ações tiveram como base a Lei Maria da Penha, dando destaque ainda as formas de organizações que as mulheres encontraram nesta região para buscarem sua autonomia e proporem políticas públicas de inclusão e acesso. Além da parceria estabelecida com os meios de comunicação, uma ação importante foram os debates realizados em escolas, movimentos sociais e eventos nos municípios, onde as mulheres além de apresentarem a campanha, puderam expor as ações que estão sendo desenvolvidas nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe. A campanha foi encerrada no dia 10 de dezembro, porém as bandeiras de luta continuam. “Essa deve ser uma campanha continua, pois não é só uma luta das mulheres, é uma luta de todos! Na violência doméstica todos saem perdendo”, afirma Selma Glória, técnica do Programa de Gênero do MOC.

Conferência Nacional de Comunicação aprova propostas em prol das rádios comunitárias

Entre os dias 14 e 17 de dezembro foi realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Com o tema central “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania era digital”, a 1ª Confecom se desenvolveu em três eixos-temáticos: “Produção de Conteúdo”, “Meios de Distribuição” e “Cidadania: direitos e deveres”. Dentre as principais propostas baianas, que representaram o Território do Sisal e foram levadas para a CONFECOM, estão os resultados de discussões, a exemplo da reunião promovida no dia 10 de novembro em Conceição do Coité pelo Comitê Regional de Democratização da Comunicação para a Região do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Para Arlene Freire, coordenadora Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro (Abraço Sisal), que participou enquanto delegada, a conferência configurou-se como um espaço bastante participativo e dinâmico

com a integração do poder público, sociedade civil e empresariado, no decorrer da elaboração e aprovação das propostas.

“Todas as reivindicações são



Comitê pela democratização da comunicação contribuiu para fortalecer o debate na Região do Sisal

antigas e partem das necessidades específicas que temos nessas regiões e que coincidem com o cenário

nacional. Falando em comitê vemos agora comunicadores entendendo que comunicação não é apenas publicidade, um exemplo são as propostas de educomunicação,

criação da função de um articulador de comunicação nas escolas federais, estaduais e municipais e/ou a criação da disciplina de educomunicação nos cursos superiores de licenciatura para que o debate da comunicação possa se solidificar na sociedade” afirma Arlene Freire.

Entre as demais propostas aprovadas, foram pontuadas algumas referentes as rádios comunitárias, como: diminuição

do tempo para a concessão de outorgas e funcionamento de rádios comunitárias em redes.

Lei de outorga - A reformulação

da LEI 9.612/1998, que regula o serviço de rádio comunitária foi uma das propostas mais requisitadas, com discussões em torno de aumento da reserva de canais, área de alcance e permissão de veiculação de propaganda, desde que limitadas.

De acordo com Octávio Pierante, membro da comissão nacional representante o Ministério da Cultura, A CONFECOM nasce, em parte, como fruto de movimentos desenvolvidos especialmente em municípios do interior da Bahia e na capital que contribuíram muito com a elaboração de boas propostas. “É difícil falar qual é o assunto mais polêmico, mas certamente estarão em discussão três grandes questões: primeiro o respeito à diversidade, e aos direitos fundamentais; segundo radiodifusão comunitária que tem aparecido sempre e terceiro a necessidade de uma reformulação do marco legal vigente no setor de comunicação de massa e no Ministério das Comunicações, afirmou.”

Entidades de Comunicação aprovam projetos de valorização cultural

Durante a III Conferência Estadual de Cultura da Bahia, que foi aberta pelo ministro da Cultura, Juca Ferreira, e o governador da Bahia, Jaques Wagner no mês de novembro em Ilhéus, foi lançado o edital Microprojetos Mais Cultura, do Ministério da Cultura. O

Microprojetos é uma ação do Programa Mais Cultura, que integra a Agenda Social do Governo Federal e visa promover o acesso da população a bens e serviços culturais.

A iniciativa destinará R\$ 3 milhões para financiar 243 projetos, beneficiando jovens de 211 municípios do semiárido baiano nos 24 territórios de identidade do estado. O objetivo do Microprojetos é promover a diversidade cultural da região do semiárido brasileiro por meio do financiamento não reembolsável de projetos de artistas, grupos artísticos independentes e pequenos produtores culturais da região. As propostas contempladas, nas mais diversas linguagens, têm como beneficiários ou proponentes jovens entre 17 e 29 anos.

O edital contou com 1.166 inscritos de 231 cidades, sendo que na Região do Sisal, três entidades de comunicação, que são acompanhadas pelas ações do Movimento de Organização Comunitária (MOC) foram selecionadas, são elas: a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e as rádios Tucano e Valente FM.

Para Camila Oliveira, presidente da Agência Mandacaru e membro responsável pelo Projeto Vamos roubar um boi: As manifestações culturais na região

sisaleira, ter a proposta contemplada pelo edital é uma grande conquista. “Uma oportunidade para reforçar o trabalho desenvolvido pela entidade há mais de quatro anos na região e um momento para dar visibilidade às manifestações culturais muito comuns como o samba de roda e o rei roubado, que estão ficando adormecidas e perdendo um pouco da sua tradição.”, disse.

O Projeto Vamos Roubar um Boi: As manifestações culturais na região sisaleira é o primeiro projeto da Agência Mandacaru que está sendo aprovado via edital. Os recursos da entidade na sua maioria são provenientes através de trabalhos de prestação de serviços e assessoria de comunicação. Sua proposta principal é mapear na região as comunidades que tem em sua tradição manifestações culturais como o rei roubado e assim, através de um núcleo áudio visual integrado na agência, finalizar e veicular o documentário *Vamos roubar um boi*.

As demais entidades contempladas, que são acompanhadas pelo MOC, as rádios Tucano e Valente FM, foram aprovadas mediante a apresentação dos Projetos Sala de Cultura de Valente e Sala de Cultura de Tucano. As ações dos três projetos terão início no mês de fevereiro e deverá se estender até outubro de 2010.

Comunicação pelos Direitos

Projeto desenvolvido na Região Sisaleira, mobiliza atores sociais em prol dos direitos das crianças e adolescentes, através da comunicação.

Conhecida pela forte presença das rádios comunitárias, responsáveis por fazer o elo entre indivíduos e entidades, a Região Sisaleira tem se destacado nas discussões sobre políticas públicas de comunicação. Agora, esta região tem a oportunidade de envolver mais atores no debate sobre esta temática, refletindo como os veículos de comunicação, sobretudo os de comunicação comunitária, podem contribuir com o desenvolvimento das comunidades.

Com o patrocínio do programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobras, o Programa de Comunicação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) iniciou desde outubro as atividades do projeto Comunicação Pelos Direitos na Região Sisaleira, que vai trabalhar diretamente com 340 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, educadores e comunicadores. O objetivo é contribuir para o fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes da Região Sisaleira, através da qualificação profissional de jovens comunicadores comunitários e da democratização da comunicação.

O projeto atua em dez municípios. São eles: Araci, Conceição do Coité,

Ichu, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, São Domingos, Serrinha e Valente. Integrante do Programa de Comunicação do MOC, Klaus Minihuber conta que em cada um destes municípios foi escolhida uma comunidade da zona rural para ser contemplada com a montagem de um sistema de alto-falante nos postes de energia, que irão veicular a produção de crianças e adolescentes realizada nas salas de aula.

Desde novembro, os 20 jovens selecionados estão recebendo formações técnicas e de conteúdo na área de comunicação, direitos da criança e do adolescente, desenvolvimento territorial, entre outros. “O projeto abriu uma porta para nós, dando a oportunidade para conhecermos de fato, os direitos das crianças e adolescentes. Já recebemos capacitações sobre democratização da comunicação, comunicação comunitária e sistema de garantia dos direitos. Isso despertou curiosidade aumentando minha expectativa para cada vez mais para me envolver e contribuir o máximo com o projeto”, afirma Taíse Cardoso, jovem comunicadora do município de



Qualificação de jovens comunicadores contribuirá para o fortalecimento de direitos de crianças e adolescentes

Conceição do Coité.

Além das formações, os jovens recebem uma bolsa auxílio por mês e serão responsáveis por acompanhar o trabalho das rádios comunitárias e dos educadores em sala de aula, estimulando o debate e a produção de peças de comunicação sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

Envolvimento das comunidades
Com a chegada do projeto, os movimentos sociais dos municípios envolvidos participaram ativamente das discussões nos eventos de apresentação do projeto. Em Nordestina e Retirolândia estiveram presentes cerca de 30 associações comunitárias, além da participação da juventude e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), um dos principais parceiros nas ações municipais. “Acreditamos que o projeto chegou em boa hora, pois, a juventude dessa região tem muito potencial, mas ainda é pouco valorizada, sem contar da importância de discutir comunicação aliado com os direitos das crianças e adolescentes do nosso município”, relata Marinalva Alves, diretora do STR de Nordestina e integrante do Conselho Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA).

Para Marta Rios, conselheira tutelar de Retirolândia, as ações irão contribuir na disseminação da temática. “Na comunidade escolhida em Retirolândia, Lagoa Grande, o índice de violação dos direitos é muito presente, sobretudo porque na maioria das vezes as políticas não chegam até aquela localidade o que faz crescer as denúncias. Queremos

trabalhar em parceria com os jovens, educadores e movimentos envolvidos no processo, para garantir a construção de políticas que fortaleçam o meio rural”, afirma a conselheira.

Disseminando a Educomunicação – Uma ação forte dentro do projeto está voltada para o fortalecimento da educação municipal, através da educomunicação. Na Região Sisaleira, a metodologia tem sido trabalhada em escolas do campo de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente. Esta será a oportunidade de expandir o trabalho para mais sete municípios. Através da educomunicação alunos e educadores refletem os meios de comunicação, conhecem as etapas de produção do jornal e do rádio e, a partir da discussão, constroem juntos em sala de aula peças de comunicação como fanzines, jornal-mural, jornal impresso e programas de rádio que valorizam e fortalecem a cultura e identidade local. As rádios-poste serão instaladas nas comunidades no mês de janeiro, mês em que os jovens receberão formação específica na área de rádio para fortalecer e contribuir no desenvolvimento das comunidades rurais. “O projeto possibilitará às famílias a interação entre a comunicação, os direitos e o conhecimento da sua própria comunidade, por isso, estamos apostando no trabalho e somos parceiros em todas as ações que forem necessárias e que estiverem dentro de nossas possibilidades”, ressaltou o secretário de educação do município de Queimadas, Leonir Floriani.

Confirma os municípios, comunidades e jovens atendidos pelo Projeto:

Município	Comunidade	Jovens Comunicadores
Nordestina	Mari	Aline e Jucélia
Queimadas	Lagoinha	Rosimeire e Shirley
Retirolândia	Lagoa Grande	Bruno e Laudécio
Valente	Itareru	Alaize e Laerte
São Domingos	Sítio Novo	Emerson e Luzineide
Conceição do Coité	Nova Palmares	Taíse e Edilaine
Ichu	Barra	Edivaldo e Leonardo
Araci	Ribeira	Alex e Ivanice
Quijingue	Lagoa do Junco	Adriano e Silvanir
Serrinha	Murici	Luana e Lucidalva

Realização



Agência
Mandacaru de
Comunicação e
Cultura

Apoio



PETROBRAS



Ministério de Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Desenvolvimento Territorial